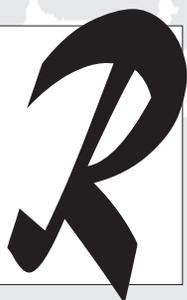


## ALGUMAS OBSERVAÇÕES PRÉVIAS



Referências de natureza verbal ou textual a essa entidade denominada “povo brasileiro” não chegam a ser uma novidade nos dias que cor-

rem. Encontramo-las disseminadas pelos mais variados campos discursivos, com a característica adicional de se tratar de uma noção que parece gozar de uma espécie de transparência de sentido. Com efeito, toda vez que se alude ao “povo brasileiro” parece que a natureza desse “povo” é algo tão óbvio que não há necessidade de qualquer tipo de explicação. Procede-se sempre como se todos – enunciadores e receptores – já soubessem de antemão a respeito de quem se está falando.

Confesso que também fazia parte dessa rede de pseudo-evidências e certezas que envolvem a noção de “povo brasileiro”. Bastou porém aceitar a tarefa de elaborar este ensaio para

# O povo brasileiro: ensaio historiográfico

que principiasse a perceber coisas até então invisíveis para mim: as múltiplas e quase infinitas formas de existência e/ou presença daquela noção no meu universo cotidiano. Deste fato tive plena consciência, poucas semanas atrás, quando, ao passar pela área dos *pilotis* do Prédio da Amizade, na PUC Rio, prestei atenção aos dizeres de uma enorme faixa de propaganda eleitoral: “Todo poder emana do Povo e em seu nome deve ser exercido” (Sobral Pinto, na Campanha das Diretas-já). Professor de História, não pude

**FRANCISCO J. CALAZANS FALCON**  
é professor da PUC Rio.

deixar de pensar imediatamente em duas coisas: o anacronismo da atribuição de autoria e a opacidade de sentido da palavra “Povo”; o primeiro era evidente, já a segunda, nem tanto.

O anacronismo fez-me refletir um pouco sobre o estado atual de desconhecimento de aspectos os mais elementares da história das idéias políticas: a Revolução Americana e os “Pais Fundadores” da democracia norte-americana; o Iluminismo e a Revolução Francesa e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Lembrei-me de Koselleck, de sua análise da modernidade tendo como uma de suas características o estreitamento contínuo do “espaço de experiência” a partir de um presente que se converte em única realidade possível. Enfim, lamentei, compreendi, e passei/retornei à questão principal: o Povo!

A opacidade do sentido daquele “Povo” intrigava-me bastante. Tratava-se certamente do Povo Brasileiro, mas quem é ele, na verdade? Para além dos artifícios retóricos e desejos utópicos, que significa, no Brasil, a idéia de Povo soberano?

Horas ou dias depois, sempre às voltas com o “Povo Brasileiro”, ocorreu-me a idéia de começar com os “dois Ribeiros” (Darcy e João Ubaldo), já que poderia dispor de duas abordagens recentes daquele tema: acadêmica e

erudita, a do antropólogo; romancesada e criativa, a do romancista.

Em *O Povo Brasileiro*, Darcy Ribeiro analisou como drama a epopéia do “encontro das três raças”, ou etnias, ou seja, as vicissitudes da “criação de um povo novo possuidor de uma unidade étnica básica” (1). João Ubaldo Ribeiro, em *Viva o Povo Brasileiro* (2), narra, como sátira, os acontecimentos vividos por personagens populares, em Itaparica e Salvador, no século XIX, num autêntico contraponto imaginário à história oficial.

*O Povo Brasileiro*, tal como o indica seu subtítulo – “A Formação e o Sentido do Brasil” –, é uma tentativa de descrever e explicar o processo histórico-antropológico de constituição de um “povo realmente novo” a partir de raízes étnicas distintas. Uma “etnia nacional”, um povo-nação, surgiu assim a partir de um processo de transfiguração que produziu os “brasilíndios”

1 Darcy Ribeiro, *O Povo Brasileiro. A Formação e o Sentido do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

2 João Ubaldo Ribeiro, *Viva o Povo Brasileiro*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.



ou mamelucos, os afro-brasileiros e os “neobrasileiros” e, finalmente, os brasileiros.

O primeiro brasileiro consciente de si foi, talvez, o mameluco, “esse brasilíndio mestiço na carne e no espírito”. É das diversas oposições étnicas que surge e ganha corpo a “brasilianidade”, a qual se consolida com os contingentes africanos, já desaffricanizados – os mulatos que “ou eram brasileiros ou não eram nada”. Mulatos e mamelucos formaram a maioria da população – “a gente brasileira”.

Em síntese:

“Nesse sentido o Brasil é a realização derradeira e penosa dessas gentes tupis, chegadas à costa atlântica um ou dois séculos antes dos portugueses, e que, desfeitas e transfiguradas, vieram dar no que somos: uns latinos tardios de além-mar, amorenados na fusão com brancos e com pretos, deculturados das tradições de suas matrizes ancestrais, mas carregando sobrevivências delas que ajudam a nos contrastar tanto com os lusitanos” (3).

Assim, caberia ao historiador das coisas culturais indagar, investigar quando é que no Brasil se pode falar de uma etnia nova, isto é, quando se constrói uma representação comum de uma nova entidade étnica permitindo que surjam “brasileiros”, conscientes de si. O surgimento dessa etnia brasileira, inclusiva, pressupõe a anulação das anteriores identificações étnicas e a indiferenciação das “várias formas de mestiçagem”. Segundo Darcy Ribeiro, o ano de 1800 representou “uma virada na história brasileira” – o “produto real do processo de colonização já era, naquela altura, a formação do povo brasileiro e sua incorporação a uma nacionalidade étnica e economicamente integrada” (4)

*Viva o Povo Brasileiro* é um romance que tem por epígrafe: “O segredo da verdade é o seguinte: não existem fatos, só existem histórias”. Nesse livro, João Ubaldo Ribeiro não está preocupado com a análise das origens do Povo Brasileiro. Este, na

realidade, já está presente desde os começos da narrativa. Interessam-lhe, sim, aquelas formas ou maneiras de ser e estar no mundo que são típicas tanto dos heróis quanto da gente comum, presentes nas suas muitas narrativas, localizadas em Itaparica e Salvador, no século XIX.

Tendo como pano de fundo dos seus variados palcos referências sumárias ou indiretas a pessoas e acontecimentos da chamada “história oficial”, o autor reconstrói, como sátira, alguns eventos, situações e trajetórias de vida eminentemente populares. É sempre o Povo Brasileiro que ocupa o espaço narrativo, quer se trate de senhores, como Perilo Ambrósio, ou do seu guarda-livros Amleto Ferreira, quer de tipos populares, como Júlio Dandão, Budião, Nego Leléu, Zé Libório, entre muitos outros.

O contraponto à história oficial conduz João Ubaldo a incluir na sua narrativa representantes das elites dominantes e das camadas sociais dominadas e exploradas, pois, afinal, todos eles, cada qual à sua maneira, pertencem, isto é, constituem o Povo Brasileiro, embora raramente disso se dêem conta. É talvez aí, nessa contradição bastante típica, que o autor parece tocar em algo essencial: a oposição que a elite constrói entre a sua própria concepção de “Povo” e aqueles que dela estão excluídos, enquanto cidadãos de segunda classe, ou não-cidadãos!

“Mas vejamos bem (diz Amleto) que será aquilo que chamamos de povo? Seguramente não é essa massa rude, de iletrados, enfermiços, encarquilhados, impaludados, mestiços e negros... O nosso povo é um de nós, ou seja, um como os próprios europeus. As classes trabalhadoras não podem passar disso, não serão jamais povo. Povo é raça, é cultura, é civilização, é afirmação, é nacionalidade, não é o rebotalho dessa mesma nacionalidade... as classes trabalhadoras não serão jamais o povo brasileiro, eis que esse povo será representado pela classe dirigente...”(5).

O “Povo Brasileiro”, para João Ubaldo, apresenta-se assim como um conjunto desi-

3 Darcy Ribeiro, op. cit., p. 130.

4 Idem, ibidem, p. 159.

5 João Ubaldo Ribeiro, op. cit., pp. 244-5.

## O POVO BRASILEIRO NA HISTORIOGRAFIA

gual e injusto. Nele se incluem o caboclo, o mestiço, o negro, isto é, os “vadios – libertos e nocivos”. Longe de ser uniforme, a idéia de “povo brasileiro” inclui ainda o elitismo pedagógico: “Permitiremos que a educação se faça da mesma forma para todas as classes, assim perpetuando e agravando a degradação já tão tristemente exibida em toda parte? Pérolas aos porcos?” (6).

Em suma, a ambigüidade ronda sempre a noção de “Povo Brasileiro”, na medida em que o seu uso tanto pode ser includente como excludente. Daí, talvez, a ironia desse “Viva”: viva ao cinismo e ao egoísmo daqueles que são donos de tudo – a começar pelo direito de se considerarem como verdadeiro “Povo”. Viva à resistência, inventividade e persistência daqueles que nada têm, sempre inferiorizados e humilhados, também “Povo”, ou o verdadeiro “Povo”, mas que não passam de populacho, plebe, malta de vadios – pobres e mestiços –, aos olhos das elites. *To be or not to be* (ser ou não ser) “Povo”, é esta a questão?

Bem, é possível que nossa digressão histórico-antropológica e literária tenha ajudado a perceber o quanto é ilusória a impressão, na prática bastante difundida, de que sabemos perfeitamente do que estamos falando ao nos referirmos ao “Povo Brasileiro”. No entanto, é preciso que se esteja atento ao fato de que, hoje em dia, o interesse e o prestígio acadêmicos não contemplam geralmente a noção de “povo brasileiro” mas, sim, outras noções e conceitos tais como os de *nação* (nacionalismo, nacionalidade), *pátria* (patriotismo, patriotismo), *país*, *Estado*, sociedade, território.

Retomemos, então, a questão que nos preocupa – o *Povo Brasileiro* –, e estabeleçamos como ponto de partida algo que consideramos óbvio: esse “povo” não é um simples dado nem tampouco se confunde com a população – o número de habitantes de uma região ou país. Povo, aqui, é algo historicamente construído e, no caso específico do “Povo Brasileiro”, o resultado de relações complexas e prolongadas entre três etnias básicas, mas sempre relações históricas e culturais, é bom frisar, e não apenas biológicas.

Referimo-nos, neste caso, às duas formas clássicas de ocorrência dessa expressão: no discurso histórico e nos discursos dos próprios agentes históricos. Por ora, iremos privilegiar a primeira forma, embora sempre atentos às ocorrências da segunda em alguns exemplos bastante pontuais.

A palavra “povo” pode designar, de acordo com o respectivo contexto, coisas muito diferentes:

1) “povo”, como sinônimo de “população”, conjunto dos habitantes de um país ou território; às vezes no plural – “os povos” – significando as gentes que habitam, residem ou moram num determinado espaço geográfico;

2) “povo”, como segmento ou grupo social distinto e equivalente, no esquema trifuncional, ao “terceiro estado”, ou “braço popular”, da sociedade de ordens, típica do Antigo Regime;

3) “povo”, como ralé ou “plebe”, sinônimo de massa de indivíduos pertencentes aos estratos inferiores da sociedade – os “desclassificados”;

4) “povo”, como conjunto de “cidadãos” que constitui o “corpo da Nação”, isto é, os legítimos depositários do poder soberano e constituinte.

No caso brasileiro, sobretudo com relação ao período colonial, são válidas ainda algumas considerações complementares a propósito das acepções acima.

A *primeira* dessas acepções é mais ou menos comum nos textos dos cronistas e documentos oficiais; quase sempre no plural, refere-se preferencialmente aos “colonos” e “colonizados”. A *segunda* acepção sofre sucessivas transformações ao longo dos espaços-tempos coloniais, significando o conjunto dos “homens bons”, ou dos “moradores”, distintos da “nobreza da terra”, equivalendo, na passagem do século XVII para o XVIII, a “gente da terra”, “naturais do país”, “filhos do Brasil” (ou da América)

6 Idem, *ibidem*, p. 125.

A terceira acepção agrega quase sempre uma valoração ou perspectiva negativa, depreciativa, incluindo todos que estão fora de “povo no bom sentido”. Trata-se na realidade dos “desclassificados” da sociedade colonial tomados aí no sentido de “vadios” – homens livres pobres, brancos ou mestiços, libertos e índios.

Quanto à última significação de “povo”, a quarta, é mais ou menos evidente que ela só se manifesta realmente a partir da crise do sistema colonial – nas conjurações, na Revolução de 1817 e nos debates que antecedem e acompanham a Independência de 1822. Vejamos então alguns exemplos.

Segundo Schwartz é muito difícil se criar um conceito de povo dentro das malhas de uma sociedade escravista, daí as diversas transformações da idéia mesma de “povo” ao longo da história moderna do Brasil, conforme se tenha em vista as diferenças, de classe ou culturais, entre a “elite” e o “povo” (7).

Tanto os habitantes da colônia como o meio físico desafiaram as concepções européias; logo o Brasil tinha uma população mas não tinha um “povo”. O conceito de “povo”, enquanto terceiro estado na sociedade de ordens e na base de toda sociedade, não chegou a se estabelecer na colônia – há referências apenas a “pessoas de menor condição”, “moradores” e “povoadores” (8).

Enfim, para as autoridades lusas a questão do caráter dos habitantes do Brasil levou, já em começos do século XVIII, ao contraste entre a opulência da terra e a “falta de um grande povo”. Esse problema, o da terra sem um povo digno de sua riqueza, prevaleceu, durante o séc. XVIII, na concepção de Brasil que povoava a mente daqueles que governavam a colônia (9).

Não por acaso, talvez, no século XVIII, o termo “plebe” – como descrição pejorativa do “povo” insubordinado petulante e formado por negros, mulatos e mestiços – começa a aparecer com mais frequência nos documentos oficiais (10).

Conforme argumenta Cabral de Mello, para o caso específico de Pernambuco, a palavra “povo”, ao lado de outras geralmente expressivas, deve ser apreendida no

seu devir histórico, única maneira talvez de se perceber as transformações que ocorrem na sociedade pernambucana entre os começos dos séculos XVIII e XIX.

Inicialmente, lembra aquele historiador, a palavra “povo” tinha o mesmo sentido de “moradores” e significava mais precisamente “terceiro estado”, dentro do esquema trifuncional herdado da Idade Média, compreendendo todas as condições de gente que, no Reino, formavam o “braço popular”. Aliás, colonizadores e colonos pertenciam à ordem popular, podendo portanto “haver nobres na terra, mas não havia uma nobreza da terra” (11).

De acordo com aquilo que se praticava no Reino, a nata da capitania designava-se preferencialmente pela palavra “principal”, usada como substantivo ou como adjetivo. Durante e após as guerras holandesas a idéia de nobreza – os “nobres de Pernambuco” – ganhou espaço: “nobreza da terra”, nobreza do país (região), “nobreza de Pernambuco”. São os descendentes das antigas “pessoas principais”; simultaneamente, dá-se a diferenciação do “povo”, como os “naturais da terra”, ou “mazombos” (opostos aos “reinóis”).

Esse “povo”, espécie de sócio menor da “nobreza da terra”, é o pernambucano – os naturais de Pernambuco, livres e não-nobres, tal como se pode ver no caso das representações da Câmara de Olinda: “nobreza e povo”. A estas duas classes, constitutivas dos “filhos da terra”, se opunham os “mascates”: “naturais” ou “filhos do Reino”, “homens do Recife”, chefando, aí sim, uma “plebe” – o povo do “Recife” ou “plebe mascatal” (12).

Algo diferente é a perspectiva exposta por Laura Mello e Souza, tendo em vista as Minas Gerais:

“Conhecida já no tempo do Morgado de Mateus, mas popularizada na expressão de Couty, surgiu uma definição mágica. ‘O Brasil não tem povo’. Pois caberia chamar de povo à ‘quase inútil população de caboclos e brancarrões, mais valiosa como material clínico do que como força econômica?’” (13).

7 S. Schwartz, “Gente da Terra Brasileira da Nação. Pensando o Brasil: a Construção de um Povo”, in Carlos Guilherme Mota (org.), *Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira*. I, São Paulo, Senac/Sesc, 2000, pp. 105-6.

8 Idem, *ibidem*, pp. 110-1.

9 Idem, *ibidem*, p. 109.

10 Idem, *ibidem*, p. 119 e nota 34.

11 Evaldo Cabral de Mello, *Rubro Veio. O Imaginário da Restauração Pernambucana*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, 2ª ed., rev. e aument. pp. 160-1.

12 Idem, *ibidem*, pp. 164-7.

13 Laura de Mello e Souza, *Desclassificados do Ouro. A Nobreza Mineira no Séc. XVIII*. Rio de Janeiro, Graal, 1982, p. 222 [cit. Gilberto Freire, *Casa Grande & Senzala*, pp. 35 e 46-7.

“É assim que, com efeito, no discurso das autoridades da administração colonial, nas formulações dos ‘homens-bons’ – cujos interesses, aliás, eram em muitos pontos concomitantes –, configurava-se com nitidez a concepção de que os homens livres eram vadios e ineptos ao trabalho” (14).

A pecha da vadiagem tendeu a englobar e desclassificar um segmento ou camada social como um todo, pois, apesar da diversidade de situações existentes entre os homens livres e pobres, todos se tornavam vadios aos olhos das autoridades: “vadios e inúteis, era como se não existissem, como se o país não tivesse povo” – pois, cativo, o escravo tampouco poderia ser cidadão (15).

Acrescente-se que a grande maioria dos párias e desclassificados era constituída de mestiços e negros forros e foragidos. O “povo” era apenas pensado como conjunto de habitantes, a gente, ou as gentes, situadas socialmente entre os senhores e os escravos. Nesse sentido, o povo se confundia com os desclassificados (16).

## ALGUMAS DAS AMBIGÜIDADES SETECENTISTAS – “O VIVER EM COLÔNIA”

Em seus *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco* o frade Domingos de Loreto Couto, em 1757, refere-se à “plebe” como sendo “o corpo da república” – sendo a nobreza a sua alma –, mas reconhece que, em situação colonial, as coisas podem ser bem diferentes:

“Não é fácil determinar nestas Províncias quais sejam os homens da Plebe; porque todo aquele que é branco na cor, entende estar fora da esfera vulgar. Na sua opinião, o mesmo é ser alvo, que ser nobre, nem porque exercitam ofícios mecânicos perdem esta presunção [...] O vulgo da cor parda, com o imoderado desejo das honras de que o priva não tanto o acidente, como a substância, mal se acomoda com as dife-

renças. O da cor preta tanto que se vê com a liberdade, cuida que nada mais lhe falta para ser como os brancos” (17).

Nas *Notícias Soteropolitanas* (1798), o professor régio Luís dos Santos Vilhena é um revoltado com sua própria situação social. Entusiasta das riquezas do país, Vilhena contrasta o potencial do Brasil com a realidade dos colonos: poucos, pobres, famintos. Logo, “faltava ao Brasil um ‘povo’” (em consequência da escravidão). Excetuando os senhores de engenho, alguns poucos comerciantes e lavradores, o resto da população era “ignorante e semi-bárbara”, uma “congregação de pobres” convencidos de que a agricultura era “trabalho de negros”. Em suma, segundo Vilhena, a escravidão privara o Brasil de um povo e lhe dera uma plebe – de mulatos crioulos que não respeitavam os brancos e de alguns mulatos ricos que queriam ser fidalgos (18).

## “Animai-vos, Povo Bahiense”

Um dos “boletins sediciosos” espalhados em Salvador, em 1798, convocava à adesão os habitantes de Salvador – chamados de “Povo Bahiense” – à revolta contra seus opressores: senhores, comerciantes e autoridades portuguesas.

Tratava-se de abolir as profundas desigualdades sociais e raciais – a começar pelo próprio regime escravista. A maioria dos habitantes de Salvador era constituída de pardos, cabras negros, escravos em grande número, libertos e brancos (pobres) da terra (19).

A Conjuração Baiana, ou Conspiração dos Alfaiates, representou uma tentativa de subversão, ou de rebeldia, dos “desclassificados” imbuídos de algumas idéias francesas – as “francezas” (20) – contra as desigualdades e injustiças do “sistema”. Em que pese “a defesa apaixonada da identidade baiana” (21), da Bahia como sendo a “nossa pátria”, o que mais nos interessa aqui é a intensa utilização de “povo” como palavra-chave (22) em vários contextos

14 Idem, *ibidem*, p. 220.

15 Idem, *ibidem*, p. 222.

16 Idem, *ibidem*, pp. 115 e 63.

17 Apud S. Schwartz, *op. cit.*, pp. 120-1, nota 36.

18 Idem, *ibidem*, pp. 121-2 e nota 37.

19 Carlos Vasconcelos Domingues; Cícero B. Lemos; Edyala Yglesias (orgs.), *Animai-vos Povo Bahiense! A Conspiração dos Alfaiates*, Salvador, Secret. de Cultura/Omar G. Editora, 1999.

20 István Jancsó, “Contrabandos e Idéias”, in *Animai-vos Povo Bahiense! A Conspiração dos Alfaiates*, *op. cit.*, p. 65.

21 Marco Morel, “Cipriano Barata e a Atualidade da Conjuração Baiana no Séc. XIX”, in *Animai-vos Povo Bahiense! A Conspiração dos Alfaiates*, *op. cit.*, p. 75.

22 Marli Geralda Teixeira, “... As Idéias de Liberdade na Bahia de 1798”, in *Animai-vos Povo Bahiense! A Conspiração dos Alfaiates*, *op. cit.*, p. 94.

discursivos:

- Como invocação inicial: “Vós povo”, “Vós Povos”, “Quer o Povo”, “Povo Bahiense”;

- Em associação com a idéia de liberdade, sendo aí “Povo” o corpo de cidadãos da “república” gozando da mais completa igualdade, se bem que em relação à “revolução” as expressões sejam um tanto obscuras (23).

Na realidade o antever de uma nova ordem na qual “homens pardos e pretos [...] todos serão iguais” significava tacitamente que somente a instituição de um novo Estado pelo Povo Bahiense, isto é, pelos seus cidadãos de todas as cores e condições, poderia superar a contradição entre igualdade jurídica e respeito à propriedade (24).

Em *Nordeste, 1817*, Carlos Guilherme Mota apresentou, de maneira contrastante, as várias significações associadas a “povo”, na época da Revolução de 1817. Percebe-se assim que se operam mudanças das mais interessantes, conforme as concepções mais tradicionais – o “Povo” como Terceiro Estado – são deslocadas pelas revolucionárias – o “povo de todas as classes” e “no exercício da soberania” (25).

No entanto, ao mesmo tempo que se afirma a noção de “povo” como esteio basilar de uma sociedade democrática, não faltam aqueles que apenas enxergam a “população”:

“Quanto à população, já muda de figura, esta canalha que se compõe geralmente de mulatos, negros, etc., entusiasmada da palavra liberdade que se espalhou no tempo da revolução, não se mostra verdadeiramente realista, e ao contrário parece viver como um cão açaimado, ou um corpo manieta-do” (26).

A entrada em cena dos setores artesanais e mestiços, isto é, os estratos médios inferiores, ao mesmo tempo que parece configurar uma revolução mais popular e radical, permite-nos também perceber a persistência das antigas estruturas e das formas de pensamento a elas associadas; assim, nesse contexto, o “povo” dos líderes republicanos se converte na “população” dos

conservadores.

Já um pouco antes, na visão de Tollenare, das “três classes” por ele observadas em Pernambuco, a dos “moradores”, era constituída de gente preguiçosa e servil – mestiços, mulatos, negros livres e índios: “Esta classe livre é hoje o verdadeiro povo (plebe) brasileiro; é paupérrima porque pouco trabalha” (27).

Referia-se aquele viajante aos pequenos colonos, dependentes dos senhores de engenhos; numerosos e vivendo isolados, essa “classe” vive marginalmente”, pois: “[...] esta gente é tão preguiçosa, tem tão poucas necessidades que parece mister começar refundindo-a moralmente” (28).

Na opinião de Mota, as velhas estruturas jurídico-religiosas continham mal a nova força social representada pelo povo. Assim é que para o advogado dos revolucionários de 1817, Aragão e Vasconcelos, o “povo” era constituído pelos “lojistas”, “caixeiros de botequim”, “marchantes”, “camponeses que viviam da caça”, a “soldadesca”, “os rendeiros”, os pequenos negociantes e até mesmo os cirurgiões (29).

Nota-se, então, que esse povo se apresenta – para Aragão e Vasconcelos – como investido de características contraditórias – poderoso e lamentável. Assim, se a “massa dos povos” é “enorme”, e seu poder “irresistível”, o povo é ignorante, amante da novidade, miserável e necessitado. Enfim, o “povo [é] rústico e ignorante” mas não é uma massa inerte e, na verdade, o seu poder é “físico” já que, afinal, “o povo não sabe lógica!” (30).

## O “povo” na Independência

José Honório Rodrigues, ao analisar o “vocabulário político e social da Independência” (31), não faz referências à palavra “povo”. Omissão do historiador ou afirmação implícita de que se tratava, já então, de conceito tornado de uso comum entre todas as “facções” ou “partidos”, não sendo, neste caso, portador de maiores ambigüidades? Difícil dar uma resposta satisfatória neste caso. Quanto a nós, pensamos que

23 Idem, *ibidem*, p. 95.

24 István Jancsó, João Paulo G. Pimenta, “Peças de um mosaico...”, in Carlos G. Mota (org.), *Viagem Incompleta*, op. cit., pp. 146-7.

25 Carlos Guilherme Mota, *Nordeste, 1817*, São Paulo, Perspectiva, 1972, pp. 107-8.

26 Idem, *ibidem*, p. 116 e nota 173.

27 Idem, *ibidem*, pp. 124-8, citação de Tollenare, “Notas Dominicais”, p. 94.

28 Idem, *ibidem*, p. 129.

29 Idem, *ibidem*, p. 242.

30 Idem, *ibidem*, pp. 243-4.

31 José Honório Rodrigues, *Independência: Revolução e Contra-Revolução – 1- A Evolução Política*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975, pp. 51 e seqs.

seria um tanto arriscado apostar na hipótese de uma espécie de consensualização semântica, ou seja, supor que o termo “povo” possuía então uma transparência de sentido tal que qualquer ambigüidade seria indispensável.

Na verdade, a noção de “povo” continuava a evocar, ou referir-se, ora ao “Povo”, ora à “plebe”. Somente para exemplificarmos um pouco, vejamos algumas dessas acepções de época.

a) O “Povo” dos acontecimentos da Praça do Comércio (21-22 de abril de 1821), quando um dos porta-vozes da caixearada portuguesa gritou: “Aqui governa o povo” (32).

Silvestre Pinheiro Ferreira, na 26ª de suas “Cartas sobre a Revolução do Brasil” (33), ao se referir àqueles acontecimentos, parece oscilar quanto à natureza do “povo” ali presente, pois, se a reunião fora convocada “para o povo poder assistir à conferência dos eleitores”, logo se constatou a presença de “um imenso concurso de todas as classes inferiores da sociedade”, destacando-se aí, porém, “meia dúzia de homens, quase todos da última ralé”, mas tendo os “seus aderentes do povo” (34). Mas, em outras passagens do mesmo autor, o “povo” é muito mais abrangente: “os ânimos da tropa e do povo”; os “povos” enquanto população de todo o Brasil.

b) O “Povo” do “Fico” – “Como é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto; diga ao povo que fico”. Imortalizada por Varnhagen (35), lembrada por Oliveira Lima (36) a frase do príncipe D. Pedro deixava em suspenso o sentido desse “Povo” a quem dirige sua decisão: “Povo, como terceiro estado da sociedade do Antigo Regime?”; o “Povo” agitado e irreverente dos incidentes da Praça do Comércio?; ou o “Povo” de homens livres e cidadãos da futura ordem liberal, sonhado por Frei Caneca e desejado/projetado por José Bonifácio?

c) José Bonifácio de Andrada e Silva, no texto que apresentou à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa sob o título de “Representação [...] sobre a Escravatu-

ra” (37), não hesita em constatar que “já somos um *povo* livre e independente” mas lembra que era preciso acabar com a escravidão “para que venhamos a formar em poucas gerações uma nação homogênea” sem tanta “heterogeneidade física e civil” (38).

Na visão do “Patriarca”, percebe-se que a escravatura excluindo a grande massa dos escravos da participação política, mas não apenas estes, restringe perigosamente o corpo de cidadãos. Na realidade, a tendência que afinal viria a se impor limitou a cidadania aos “proprietários” – cidadãos ativos – relegando a posição secundária os demais (cidadãos) e excluindo os despossuídos ou “desclassificados” (39).

A Constituição do Império (1824), embora defina com bastante amplitude os “cidadãos brasileiros” – “os que no Brasil tiverem nascido” –, logo estabelece restrições para o exercício efetivo da cidadania – através dos requisitos necessários aos vários graus de participação no processo eleitoral: a renda, como metáfora da propriedade, distingue “o cidadão ativo” (artigos 90 a 95 da Constituição). Logo, a cidadania define um universo ou mundo do governo que é o dos cidadãos ativos (40). O “Povo Brasileiro”, nesse caso, pensado como o conjunto de cidadãos, continha em si, na verdade, uma divisão crucial entre o Povo dos Cidadãos participantes e o outro “povo” dos “cidadãos” pobres, despossuído, multidão de desclassificados ou vadios sem direitos políticos.

d) Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, ao fazer sua “Crítica da Constituição Outorgada” (1824) (41), não deixou passar em branco a oportunidade de sublinhar o quanto a dissolução da Assembléia Constituinte, por D. Pedro I, e a outorga de uma constituição elaborada por um conselho de áulicos, atentavam contra a “soberania do Povo”. Apesar de Frei Caneca usar poucas vezes a palavra “Povo”, é bastante clara a distinção que ele estabelece entre “os povos” – conjunto dos habitantes de Pernambuco – e “o povo” – o universo de cidadãos livres e ativos – capaz de “eleger seus representantes à câmara” (42).

32 Francisco C. Falcon e Ilmar R. de Mattos, “O Processo de Independência no Rio de Janeiro”, in Carlos Guilherme Mota (org.), 1822. *Dimensões* (2ª ed. 1986), São Paulo, Perspectiva, 1972, pp. 316-9.

33 Silvestre Pinheiro Ferreira, *Idéias Políticas. Cartas sobre a Revolução do Brasil*, Rio de Janeiro, PUC Rio/Documentário, 1976.

34 Idem, *ibidem*, pp. 91-2.

35 F. A. de Varnhagen, *História da Independência do Brasil*, 3ª ed., São Paulo, Melhoramentos, 1957, p. 54.

36 Oliveira Lima, *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1997 (1911), p. 176.

37 José Bonifácio Andrada e Silva, *Projetos para o Brasil*, org. de Miriam Dolnikoff, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

38 Idem, *ibidem*, pp. 47-8.

39 Antonio Edmilson M. Rodrigues; Francisco José Calazans Falcon; Margarida de Souza Neves, *A Guarda Nacional no Rio de Janeiro – 1831-1918*, Rio de Janeiro, PUC Rio, 1981, p. 13.

40 Idem, *ibidem*, p. 14.

41 Frei Caneca (Frei Joaquim do Amor Divino Rebelo e...), *Ensaio Político “Crítica da Constituição Outorgada” e Outros Escritos*.

42 Idem, *ibidem*, pp. 70-4.

Estes exemplos poderiam muito bem ser multiplicados. E ainda muito mais, com toda certeza, se estendêssemos esta nossa busca ao II Reinado e à República. Afinal, do “povo” do “Dia do Fico” àquele outro que “assistiu bestializado” à movimentação militar que instaurou a República, inúmeras são certamente as gradações. Mais importante, talvez, é termos presentes certos dados característicos da situação da sociedade brasileira no primeiro quartel do século XIX: “[...] não havia ainda uma representação ideológica do povo prospectiva e idealizante, característica das análises posteriores sobre este tema, que viam a formação do povo brasileiro como uma tarefa para o futuro e relativa à superação de suas origens raciais” (43).

Tendiam então as elites políticas e intelectuais a acreditar que “o verdadeiro povo brasileiro” ou só se constituiria em meu futuro, quando, de uma forma ou de outra, os efeitos da escravidão estivessem superados “ou, então, se já constituído, teria suas características próprias associadas unicamente à população livre e europeizada, livre dos efeitos da escravidão”. Estava implícita, nesta segunda tendência, a noção de inferioridade racial e cultural dos escravos (44).

Intelectuais, políticos e viajantes, no século XIX, irão dar seqüência, modificando-as, quase sempre, a essas percepções iniciais sobre as relações entre “povo”, “nação” e escravidão. Como se deveria entender a natureza desse “povo”, problemático numa sociedade escravista mas imprescindível enquanto corpo da Nação ainda por construir. Não poucas foram na verdade as hesitações diante do que seria o “povo realmente existente” com suas qualidades e defeitos, as primeiras, é claro, européias, brancas, já os segundos devidos naturalmente às influências indígenas e africanas, contrárias à “civilização”.

Todavia, sem um povo, como construir a Nação? Daí as diferenças entre aqueles que se voltaram para o passado e os que preferiram apostar no futuro. No primeiro caso, o povo já existiria enquanto presente de um longo passado caracterizado pelas

relações inter-raciais resultantes do “encontro de três raças” – a ameríndia, a européia e a africana. Neste caso, se a mestiçagem era um fato, qual seria o futuro provável do povo por ela engendrado? Típicas, em geral do indianismo romântico, tais concepções, um tanto idílicas por vezes, apostavam nas virtudes do caldeamento das raças e no “branqueamento progressivo” do povo brasileiro (45).

No segundo caso, daqueles que preferiram reconhecer os males da mestiçagem existente e acreditar na possibilidade de superá-los no futuro, situam-se sobretudo os intelectuais da chamada “geração de 70” (46), arautos do cientificismo positivista, evolucionista, inspirado em Comte, Spencer e Darwin. Para eles, não haveria como negar os efeitos negativos da mistura de raças, a influência retrógrada das raças mais atrasadas, e a dificuldade daí resultante para as pretensões do “povo brasileiro” à cultura e à “civilização” segundo os moldes europeus. Restaria apenas levar-se a cabo uma política de branqueamento através de uma grande ampliação do *stock* europeu (branco) por meio da entrada maciça de imigrantes.

## O “povo brasileiro” em Capistrano de Abreu

João Honório Capistrano de Abreu (1813-1927), nascido no Ceará e vivendo no Rio de Janeiro a partir de 1875, faz parte do grupo de intelectuais conhecidos como a “Geração de 70”. Como seus contemporâneos de geração, Capistrano também foi um entusiasta das muitas certezas características do pensamento cientificista então dominante nos meios intelectuais: o positivismo de Comte e Spencer, o evolucionismo de Darwin, o determinismo geográfico de Ratzel. É bem verdade que Capistrano abandonou aos poucos a maioria das teses científicas, porém, desde o início ele se distingue pela singularidade da sua maneira de entender e explicar os fatores e agentes determinantes no proces-

43 Ricardo Salles, *Nostalgia Imperial*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1996, pp. 89-90.

44 Idem, *ibidem*, pp. 90-1.

45 Nilo Odália, *As Formas do Messias*, São Paulo, Unesp, 1997, pp. 43-61, 89-105; Pedro Moacyr Campos, “Esboço da Historiografia Brasileira nos Séculos XIX e XX”, in: Glênisson, *Iniciação aos Estudos Históricos*, 6ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991, pp. 255, 258-264, 265-8; Demétrio Magnoli, *O Corpo da Pátria*, São Paulo, Unesp/Mo-derna, 1997, pp. 93-103.

46 Renato Ortiz, *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*, São Paulo, Brasiliense, 1988, pp. 13-21; Roberto Ventura, *Estilo Tropical*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991, pp. 44-52; Maria Aparecida Resende Moia, *Brasil e Portugal: Imagens de Nação na Geração de 70 do Século XIX*, Rio de Janeiro, IFCS, 1998, Tese mimeografada.

so de formação do povo brasileiro, a começar pela questão da mestiçagem e o papel aí desempenhado pelo elemento indígena.

Capistrano jamais escondeu sua simpatia pelo indianismo de José de Alencar, a quem admirava muitíssimo. Todavia, não partilhava da visão um tanto ingênua, típica dos românticos, acerca do índio e da natureza real das relações entre os colonizadores e as populações indígenas. Por outro lado, estava ele convencido do papel decisivo desempenhado pelo índio no processo de povoamento e exploração da colônia, a começar pela mestiçagem que originou o mameluco. Reconhecer essa importância do indígena, inclusive no plano cultural, parece mais importante para Capistrano que especular sobre o possível branqueamento progressivo do povo brasileiro. Daí suas divergências com as interpretações de Sílvio Romero, especialmente quanto às maneiras de se encarar as importâncias relativas do índio e do negro no processo de diferenciação do povo brasileiro em relação ao europeu.

Para que se possa compreender melhor a maneira como Capistrano encara a presença e a natureza do “povo” na história do Brasil, talvez seja oportuno descrevermos sua visão acerca dos temas ou princípios norteadores dessa história – o meio geográfico e a ocupação humana. Na narrativa de Capistrano esses temas constituem uma espécie de metapersonagens que orientam o processo histórico, imprimindo-lhe suas características essenciais: a espacialização e a mestiçagem. Num e noutro caso, aliás, ele se afasta dos românticos, opondo-lhes, à visão idílica da natureza e das raças, as concepções “cientificistas” do meio como obstáculo e da miscigenação como problema biológico-cultural.

O meio geográfico, para Capistrano, é constituído pelos vastos espaços territoriais e pela natureza em suas infinitas variações. A história materializa-se, assim, na dimensão espacial – mais em extensão do que em profundidade. Símbolo e síntese de tal perspectiva são *Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil* (47). Abrindo caminhos, varando matas, transpondo rios e

montes, os colonizadores vão aos poucos expandindo o território, domando a natureza e subjugando os indígenas. Sucedem-se assim as diferenças: do Novo, em relação ao Velho Mundo; do “sertão”, em relação ao litoral; de cada uma das regiões, em relação às demais; do europeu, em relação ao índio e ao mameluco.

A ocupação humana do espaço físico é a essência da própria história colonial – e, portanto, dos *Capítulos da História Colonial* (48). Em cada um desses dez capítulos a ocupação do território – e sua defesa – é sempre a questão essencial. Todavia, já não estamos mais diante do mito romântico do “encontro da três raças” e das suas felizes conseqüências para a formação do povo brasileiro.

Capistrano empenhou-se em escrever uma história do Brasil na qual os índios tivessem o lugar verdadeiramente condizente com a importância de sua participação; eis aqui uma das grandes diferenças entre Capistrano e Varnhagem, como se evidencia, aliás, nas próprias notas do primeiro à História Geral do segundo – demografia, línguas indígenas, etnografia, etc. (49).

Baseando-se em Karl von den Steinen, Paul Ehrenreich e no seus próprios estudos sobre a língua Bacairi e os mitos da cosmologia Kaxinawá, Capistrano integra o indígena à narrativa histórica – o povoamento como fruto das variadas formas de interação homem/meio. Daí o capítulo mais impressionante dos “Capítulos” – “O Sertão” – na qual se destacam aqueles elementos essenciais da verdadeira história brasileira: o indígena, o mameluco, o missionário (50).

Como propõe Odália, Capistrano foi provavelmente o iniciador e também o único representante de uma interpretação indianista na historiografia brasileira (51).

Reside aí, certamente, o núcleo fundante de suas divergências com Sílvio Romero, quer quando se trata da influência e importância das culturas indígenas no campo da literatura (52), quer no que diz respeito à importância relativa das “três raças” na formação do povo brasileiro, do ponto de vis-

47 J. H. Capistrano de Abreu, *Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*, Brasília, UNB, 1982, pp. 209 e segs.

48 Idem, *Capítulos de História Colonial*, Brasília, UNB, 1982.

49 Marta Rosa Amoroso, “Capistrano de Abreu e os Índios”, in Elisa Reis et alii, *Política e Cultura*, São Paulo, Anpocs/Hucitec, 1996, pp. 185-7.

50 Idem, op. cit., pp. 188-91.

51 Nilo Odália, op. cit., passim.

52 J. H. Capistrano de Abreu, *Ensaios e Estudos*, 4ª série, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/INL, 1976, pp. 3-24.

ta das influências do meio sobre a diferenciação entre o brasileiro e o europeu.

Assim, na opinião de Silvio Romero, as diferenças bem sensíveis que existem entre Brasil e Portugal não poderiam ser atribuídas nem ao meio, nem ao indígena, mas, sim, ao africano: “Sim, aos bandos de africanos de origem diversa que concorreram diretamente para avultar esta nação, é que se deve atribuir em sua máxima parte o que de diverso existir entre o brasileiro e o seu ascendente europeu” (53).

Ao que retruca Capistrano: “A minha tese é a seguinte: o que houver de diverso entre o brasileiro e o europeu, atribuo-o em máxima parte ao clima e ao indígena. Sem negar a ação do elemento africano, penso que ela é menor que a dos dois fatores, tomados isoladamente ou em conjunção” (54).

Prosseguindo, após longamente argumentar a favor da influência do meio – “do clima sobre toda a sociedade” –, Capistrano afirma: “A influência do meio foi auxiliada por outro fato: a grande massa da população tupi que se incorporou aos colonos portugueses e seus descendentes” (55).

No passo que se segue, Capistrano empenhava-se em demonstrar que “os Tupinambás eram numerosos” e, quanto aos traços culturais: “À consideração de serem os vencidos junte-se o seu atraso e ter-se-á a explicação da sua pouca influência, dos poucos vestígios deixados, da falta de tradições, em suma, provindas de tal origem” (56).

Apesar das ressalvas que faz a qualquer absolutização destas conclusões, pois, afirma o autor, ainda há muito que estudar e comparar, ele não hesita – a partir de uma metáfora química – em concluir que “os Brasis foram decompostos pela ação dos portugueses”: “O elemento aborígine é, se me permitem a expressão, o veículo em que se dissolveu o elemento português. E o africano também” (57).

Na realidade, porém, a decomposição dos Brasis foi em parte retardada pelo trabalho de decomposição dos africanos também empreendido pelos europeus, “trazendo uma difusão de forças no agente portu-

guês (diminuindo) o trabalho que ele poderia produzir” (58).

Ora, os portugueses não representavam muito, nem pela qualidade, nem pela quantidade. Em contrapartida, os tupinambás eram “assaz numerosos” e se achavam em condições as mais favoráveis em termos de “aclimação”, ao passo que os “alienígenas” deviam ainda, passo a passo, aproximar-se dos caboclos. Estes, por sua vez, foram favorecidos pelo isolamento das capitânias entre si e seu segregamento quase completo do reino, além dos empecilhos que a metrópole opôs ao desenvolvimento espontâneo (59).

Depois de minimizar a influência do “africano”, Capistrano invoca a favor de sua tese alguns exemplos culturais:

“Parece que o povo sempre teve consciência deste fato. Nos contos populares... o Brasileiro é figurado no caboclo, nunca no negro ou no mulato”.

“Na literatura tivemos o indianismo, não o negrismo ou mulatismo”.

“Nos tempos da independência os nomes de família, jornais e partidos eram tupis e não negros” (60).

Ao traçar a história do povo brasileiro, de acordo com as premissas acima expostas, Capistrano considera suas etapas de acordo com a visão que se tinha da relação entre nascidos no Brasil e nascidos no Reino.

De início, afirma, o nascido no Brasil era um ente degenerado, um “mazombo”, palavra que traz em si a idéia de injúria. Ao contrário, o fato de se ter nascido em Portugal era motivo de prestígio e nobreza.

Quanto durou esta “consciência de inferioridade” à metrópole? Não há data precisa mas é provável que as lutas contra os holandeses, as bandeiras paulistas e as descobertas de minas tenham dado “o último golpe à emoção coletiva”, seguindo-se então “a consciência mais ou menos clara da igualdade à Metrópole”. Como forma de compensarem e se igualarem às glórias lusitanas os brasileiros buscaram exaltar os esplendores e as belezas e maravilhas da sua própria natureza: é o que se vê em Rocha

53 Idem, *Ensaio e Estudos (Crítica e História)*, 3ª série, Rio de Janeiro, Soc. Capistrano de Abreu/Briguiet, 1969, p. 97.

54 Idem, *ibidem*, pp. 97-8.

55 Idem, *ibidem*, p. 99.

56 Idem, *ibidem*, p. 102.

57 Idem, *ibidem*, p. 103.

58 Idem, *ibidem*, p. 104.

59 Idem, *ibidem*, p. 106, “Parece, continua o mesmo autor, que se vedando ou dificultando reciprocamente as idas e vindas, a mente do legislador era conservar eternamente bloqueado ou prisioneiro o mísero vassalo no canto do mundo onde nasceu, ou onde acaso fora ter, escapando à sua vigilância, ou servindo aos seus interesses”.

60 Idem, *ibidem*, p. 107.

Pita e tantos outros – sobretudo os arcades do Setecentos (61).

Tomando consciência das suas riquezas – e da sua exploração pelos reinóis – os brasileiros principiaram a desenvolver lentamente “a consciência da sua superioridade à Metrópole” – das guerras dos Mascates e dos Emboabas à Independência.

A idéia de povo em Capistrano, apesar de certas variações, não se afasta muito da visualização de um conjunto constituído basicamente pelos colonizados e colonos. O povo, como afirma Rodrigues (62), foi o grande personagem da sua História. Um povo constituído de “três raças irreduzíveis e no qual a “desafeição entre as três raças e respectivas mestiças lavrava dentro de cada raça” (63). Esta situação, típica do primeiro quartel do século XVII, modificou-se com a luta anti-holandesa: “Sob a pressão externa operou-se uma solda, superficial, imperfeita, mas um princípio de solda entre os diversos elementos étnicos [...] os combatentes de Pernambuco sentiam-se um povo, e um povo de heróis” (64).

Atritos e malquerenças entre mazombos – agora orgulhosos desta sua condição – e reinóis vão crescendo, entre a segunda metade do século XVII e começos do XVIII.

Na Guerra dos Mascates é o “povo” de Olinda – cidadãos, porém, distintos da “nobreza” – que se destaca na luta contra os Mascates. Percebe-se que Capistrano vai aos poucos, no Setecentos, circunscrevendo a idéia de “povo” aos segmentos mais pobres da população formados sobretudo de mestiços – caboclos e mulatos. E conclui:

“Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pela condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular – eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos” (65).

• • •

Gostaríamos de poder oferecer aqui, a título de conclusão, algo assim como uma definição razoavelmente satisfatória desse “povo brasileiro” que estamos buscando. Por ora, no entanto, tal definição se nos afigura ainda muito problemática. Mas a busca continua...

61 Idem, *ibidem*, pp. 107-8.

62 J. H. Rodrigues, “Introdução” aos *Capítulos de História Colonial*, *op. cit.*, p. 36.

63 J. H. Capistrano de Abreu, “Capítulo”, *op. cit.*, p. 93.

64 Idem, *ibidem*, p. 111.

65 Idem, *ibidem*, p. 200.